



Francineuma Guedes Candido



Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia
do Ceará (IFCE)

guedesfrancineuma@gmail.com

Sandro César Silveira Jucá



Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia
do Ceará (IFCE)

sandro.juca@gmail.com

MEMÓRIA, HISTÓRIA E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: CONTRIBUIÇÕES PARA O DEBATE

RESUMO

O presente estudo propõe-se a discutir a relação entre memória e história, apontado a importância da memória para a educação profissional e seus sujeitos. Trata-se de um recorte de uma pesquisa em andamento sobre a história do Instituto Federal do Ceará (IFCE), entendida a partir das memórias de sujeitos que participaram de sua construção. Desenvolvido com pesquisa bibliográfica, o ensaio traz um diálogo com a literatura especializada que serve de base para a discussão. Entende-se ser relevante esse olhar sobre o passado, tendo em vista que o ambiente escolar é um espaço dotado de vivências e experiências que vão além dos registros oficiais.

Palavras-chave: Memória. História. Educação profissional. IFCE.

MEMORY, HISTORY AND PROFESSIONAL EDUCATION: CONTRIBUTIONS TO DEBATE

ABSTRACT

The present study proposes to discuss the relationship between memory and history, pointing out the importance of memory for professional education and its subjects. This is an outline of an ongoing research on the history of the Federal Institute of Ceará (IFCE), understood from the subject's memories who participated in its construction. Developed from bibliographical research, the essay brings a dialogue with the specialized literature that serves as the basis for the discussion. It is understood that this perspective on the past is relevant, given that the school environment is a space endowed with experiences that go beyond official records.

Keywords: Memory. History. Professional education. IFCE.

Submetido em: 18/04/2018

Aceito em: 26/02/2019

Ahead of print em: 10/04/2019

Publicado em: 25/04/2019



<http://dx.doi.org/10.28998/2175-6600.2019v11n23p217-231>



I INTRODUÇÃO

“Na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e ideias de hoje, as experiências do passado. A memória não é sonho, é trabalho”.

Ecléa Bosi

Este texto representa um recorte de uma pesquisa em andamento no âmbito do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica, do Instituto Federal do Ceará – IFCE. A pesquisa em questão pretende estudar o percurso histórico de reorganização e criação da instituição, a partir dos discursos produzidos pelas narrativas (memórias) de sujeitos que participaram diretamente desse processo. Para tanto, considera-se importante compreender a relação entre a memória, história e educação, visto que discursos oriundos das memórias dos sujeitos podem compor um importante subsídio sobre a história da instituição e levar-nos a refletir sobre as mudanças sofridas pela educação profissional ao longo do tempo. Portanto, objetiva-se discutir neste ensaio, a relação entre memória e história, especialmente a história da educação profissional, apontando a importância da memória para a educação e seus sujeitos.

O texto versará sobre aspectos teóricos, epistemológicos e metodológicos da pesquisa. Para alcançar o objetivo proposto, apresentam-se tópicos da história da educação profissional no Brasil, bem como uma reflexão teórica sobre a relação entre história, memória e educação.

A educação brasileira, desde os seus primórdios, é marcada pela dualidade, com o ensino propedêutico, das escolas secundárias e superiores, voltado à elite e às classes dominantes, e a escola primária e o ensino profissionalizante para o povo. Essa divisão se destaca também quando tratamos da história da educação profissional no Brasil, pois são escassos os registros históricos sobre essa modalidade de ensino, quando comparados à educação oferecida nos espaços escolares, como o ensino secundário e superior, conforme afirma Cunha (2000, p. 01): para a classe dirigente e os intelectuais, “a verdadeira educação é unicamente a que se assimila por meio do estudo nos livros e escutando a voz do mestre, nas carteiras das escolas ou da universidade”. Essa lacuna na história da educação profissional se deve também ao fato de os historiadores privilegiarem, segundo Cunha (2000, p. 2), o ensino que se destina “às elites políticas e ao trabalho intelectual, deixando o trabalho manual em segundo plano”. Diante desses aspectos, considera-se relevante estudar a educação profissional no país, buscando entender como ela se construiu historicamente, a fim de valorizar a intrínseca relação entre trabalho e educação, para além da visão oficial e hegemônica.

A Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica como conhecemos hoje, é resultado de uma série de mudanças ocorridas ao longo do tempo. Decretos, leis e políticas públicas moldaram a educação profissional no nosso país. Consideradas todas essas mudanças, que acompanharam o

crescimento e expansão da rede, desde a implantação das Escolas de Aprendizes e Artífices em 1909, até a criação dos Institutos Federais em 2008, é importante compreender como estas se concretizaram no interior da instituição e como influenciaram na construção de sua identidade. Um dos caminhos para alcançar esse intento é estudar a trajetória da escola e pensá-la como um espaço singular, repleto de particularidades, e, para tanto, torna-se necessário analisar a história da instituição sob o olhar dos sujeitos que vivenciaram essas transformações, pois entende-se que, de algum modo, essas memórias podem recompor a sua experiência educativa.

Qual memória se tem da instituição? Como os alunos e a instituição se reconhecem no emaranhado de transformações que ocorreram tão rapidamente? Qual o lugar da memória na instituição? As narrativas dos sujeitos que vivenciaram essas mudanças no interior da escola, podem representar um caminho para responder essas inquietações, visto que as instituições escolares, assim como os seus atores, possuem uma memória que vai além dos registros e fatos documentados nos arquivos da instituição. O ambiente escolar é dotado de vivências e experiências que se sobrepõem ao espaço físico da escola e sua finalidade específica.

O texto proposto está estruturado da seguinte forma: o próximo tópico trará um breve referencial teórico sobre a história da Educação Profissional no Brasil, buscando apresentar as principais mudanças sofridas por essa modalidade de ensino ao longo dos anos. Segue-se com o referencial teórico, onde se faz uma breve reflexão sobre a definição de memória; sua relação com a história e como ela pode ser relevante para a construção da identidade dos sujeitos. A seção seguinte versará sobre aspectos metodológicos da pesquisa. Em seguida, é discutida a importância da escola como um lugar de memória, e, por fim, são expostas as considerações finais deste estudo.

2 BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL

Segundo Moura (2007, p. 06), os primeiros indícios do que conhecemos hoje como educação profissional, surgiram em 1809 com a criação do Colégio de Fábricas, instituído por um Decreto do Príncipe Regente. Durante o período imperial, surgiram outras ações semelhantes, mas sempre voltadas a dar assistência e amparo às camadas sociais mais baixas, numa perspectiva assistencialista.

Com a instituição da República no Brasil, vieram grandes transformações políticas, sociais e econômicas, tendo em vista o fim da escravidão, o crescimento da população urbana e o avanço da industrialização provocado pela expansão da economia cafeeira. Essa nova fase econômico-social que o país vivia devido ao crescimento da industrialização e conseqüente urbanização impactou diretamente na educação profissional, uma vez que o recente crescimento industrial, o nascimento de novos centros e a

modernização tecnológica trazida por esses novos setores da economia exigiam cada vez mais um trabalhador qualificado (MANFREDI, 2016, p. 58).

Junto a todas essas mudanças surgiu a necessidade de instauração de escolas que formassem os trabalhadores, a fim atender a demanda do mercado, já que nesse período houve um aumento considerável no setor da indústria. Essa tentativa de organização das escolas profissionais, com a participação direta do Estado, trouxe um novo viés à educação profissional no país, uma vez que esta deixou de ser meramente assistencialista e passou a qualificar trabalhadores para o exercício de uma profissão. Nesse cenário, a criação das Escolas de Aprendizes e Artífices em 1909 foi a primeira ação a impulsionar o ensino profissional no país. Através do Decreto 7566, de 23 de setembro, o presidente Nilo Peçanha criou escolas nas capitais dos estados, voltadas para o ensino profissional primário gratuito e destinadas a habilitar para o trabalho os filhos dos “desfavorecidos da fortuna” (BRASIL, 1909).

Em 1937, a Lei nº 378, de 13 de janeiro, deu nova organização ao Ministério da Educação e Saúde e transformou as Escolas de Aprendizes e Artífices em Liceus Industriais, destinados ao ensino profissional de todos ramos e graus. No mesmo ano, a Constituição de 37 apresentou indícios de uma organização ou preocupação com o ensino profissional ao tratar do “ensino pré-vocacional voltado às classes menos favorecidas” (BRASIL, 1937).

Nesse período, o quadro crescente da industrialização no país demandou cada vez mais a qualificação da mão de obra, o que exigiu um posicionamento do Estado frente a essa nova necessidade. Em resposta a essa exigência do mercado, a partir de 1942 o governo decretou uma série de mudanças na educação que ficaram conhecidas como Leis Orgânicas, que também estruturaram o ensino técnico-profissional. Vale ressaltar que a publicação desse conjunto de leis demonstrou a relevância que a educação profissional adquiriu no país, pois, segundo Moura (2007, p. 09): “foram definidas leis específicas para a formação profissional em cada ramo da economia e para a formação de professores em nível médio”.

Nesse mesmo período, o Decreto-lei 4.127/42 transformou os Liceus Industriais em Escolas Industriais e Técnicas, que passaram a ofertar cursos técnicos e cursos pedagógicos, bem como cursos industriais e cursos de mestría, com a formação profissional em nível equivalente ao do secundário (BRASIL, 1942). Em 1959, as Escolas Industriais e Técnicas foram transformadas em autarquias, com autonomia didática e de gestão, passando a chamar-se de Escolas Técnicas Federais.

Em 1971, sob a égide do governo ditatorial militar, foi decretada a Lei 5.692 que instituiu a profissionalização compulsória para o segundo grau, numa tentativa de tornar o ensino médio profissionalizante para todos. Esse governo idealizava um modelo de desenvolvimento econômico baseado, segundo Moura (idem, p. 12), no “endividamento externo voltado para financiar uma nova fase de industrialização, o que ficou conhecido como o milagre brasileiro”.

O processo de redemocratização do país vivenciado ao longo dos anos 80 e as transformações na economia e no mundo do trabalho exigiram mudanças significativas no ensino profissionalizante, e, aos poucos, a Lei 5692/71 perdeu força e a oferta de ensino profissional compulsório proposto na lei diminuiu, conforme afirma Moura (2007, p. 14):

[...] após a promulgação da Constituição Federal de 1988, ocorre no Congresso Nacional o processo que culmina com a entrada em vigor de uma nova LDB, a Lei nº 9.394/1996, já quase não há mais 2º grau profissionalizante no país, exceto nas Escolas Técnicas Federais, Escolas Agrotécnicas Federais e alguns poucos sistemas estaduais de ensino.

Após cerca de 20 anos de uma ditadura civil-militar, o país volta à democracia e os anos 90 são marcados pelo fortalecimento do projeto neoliberal no Brasil, período em que a educação pública enfrentou muitas dificuldades. Para Mattos (2013, p. 42), “a consolidação do projeto neoliberal no Brasil, no decurso da década de 1990, representou, uma descontinuidade e, de certa forma, ruptura com um projeto de desenvolvimento nacional que se processava desde a década de 1930”. Ainda sobre esse aspecto, Frigotto (2007, p. 03) afirma que:

[...] neste contexto a relação que se estabelece entre a educação básica e a educação tecnológica é precária por diferentes aspectos ... uma tradição histórica que tem subordinado a educação técnica, tecnológica e, especialmente a profissional, aos interesses e orientação ideológica do capital. Essa visão mercantil se radicalizou com o ideário e políticas neoliberais a partir da década de 1990. Trata-se de formar um trabalhador ‘cidadão produtivo’ adaptado e com o desenvolvimento das ‘competências’ exigidas unilateralmente para o mercado.

Nesse cenário, as Escolas Técnicas Federais converteram-se em Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefet’s), o governo instituiu o Plano de Expansão da Educação Profissional (PROEP), ao mesmo tempo em que separou o ensino profissional do propedêutico, que passou a ser oferecido nas modalidades concomitante e subsequente.

Em contrapartida às políticas neoliberais dos anos anteriores, no início dos anos 2000, houve uma retomada da expansão da educação profissional e uma ampla reformulação na Rede Federal de EPT. Nesse período, foi revogado o Decreto 2208/97, que proibia a integração do ensino técnico ao propedêutico, numa tentativa de, segundo Ramos, (2014, p. 66): “restabelecer os princípios norteadores de uma política de educação profissional articulada com a educação básica, tanto como um direito das pessoas quanto como uma necessidade do país”.

Com a promulgação da Lei 11.892/08 os Centros Federais foram ampliados e transformaram-se em Institutos Federais de Educação Profissional e Tecnológica. Nessa nova organização, os institutos passaram a ofertar ensino médio, técnico, superior e pós-graduação, numa política de verticalização do ensino.

Diante desse cenário de tantas mudanças e transformações sofridas pela educação profissional, destaca-se a importância de conhecer como se deram essas mudanças no interior da escola. O estudo da

narrativa de sujeitos que vivenciaram tais mutações, pode representar um grande ganho para compreensão do percurso histórico da instituição. A memória dos sujeitos pode guardar lembranças e vivências do passado que são capazes de compor um importante recurso para conhecermos fatos históricos ricos de significado, que de outra forma não conheceríamos, por não estarem registrados em fontes oficiais.

3 MEMÓRIA, HISTÓRIA E IDENTIDADE

Pode-se dizer, segundo o senso comum, que a memória se constitui como um conjunto de reminiscências, lembranças de momentos vividos no passado, que despontam no presente. Para além dessas definições baseadas no conhecimento cotidiano, é necessária uma compreensão mais detalhada a respeito dos sentidos e significados da memória, percebendo-a para além da mera lembrança. Vários estudiosos têm discutido sobre o que é a memória, como ela se constrói, qual a sua relação com a história e como ela pode ser importante para a construção da identidade dos indivíduos. Para Delgado (2010, p. 16):

[...] a memória, principal fonte de depoimentos orais, é um cabedal infinito, onde múltiplas variáveis – temporais, topográficas, individuais, coletivas, dialogam entre si, muitas vezes revelando lembranças, algumas vezes, de forma explícita, outras vezes de forma velada.

De acordo com Jacques Le Goff (1990, p. 423), a memória enquanto propriedade de conservar certas informações, reporta-nos a um “conjunto de funções psíquicas” que permitem ao homem atualizar informações ou impressões passadas, ou que ele entende como passadas.

Quando se fala em memória, especialmente no seu caráter psicológico, compreende-se que para que essa “lembrança” exista, é necessário que haja um fato ou acontecimento, associado à presença de um sujeito que atuou com participante ou ouvinte daquela situação. Temos aí a memória como a capacidade de guardar uma informação, que posteriormente pode ser resgatada e relatada; é o que se conceitua como memória individual.

Segundo Halbwachs (2003), sociólogo francês da escola durkheimiana, cada indivíduo possui uma memória pessoal, carregada por suas lembranças, e este pertence a um contexto social e cultural que fortalece e corrobora essas lembranças. Desse modo, a memória do indivíduo sofre diversas influências dos demais sujeitos e suas memórias, sofrem intervenções do seu meio social, da escola, do trabalho, da comunidade, da igreja, enfim do meio social e cultural em que vive. Assim, essas diferentes memórias constituem o que o autor chama de memória coletiva, que tem por base um conjunto de pessoas, indivíduos com suas lembranças, partes integrantes de um grupo.

No primeiro capítulo de seu livro, *A memória Coletiva* (2003, p. 29), Halbwachs enfatiza que sempre que precisamos reforçar, enfraquecer ou completar o que sabemos sobre determinado evento,

recorremos a outros testemunhos, embora o primeiro a ser consultado seja o nosso próprio testemunho, e assim, apesar de certas divergências, pode-se reconstruir um conjunto de lembranças, baseadas nesses testemunhos, uma vez que eles concordam no essencial. Como essa impressão está baseada também na lembrança de outros, a confiança na exatidão dessa recordação será maior, haja vista que a mesma experiência é confirmada por outros. Desse modo, ao evocarmos junto a outros sujeitos as diversas circunstâncias lembradas por cada um, conseguimos pensar e recordar em comum e os fatos passados passam a ter maior importância e intensidade, porque não estamos mais sós, ao representar nossas lembranças. Assim sendo, conforme Halbwachs (2003, p. 30):

[...] nossas lembranças permanecem coletivas, e elas nos são lembradas pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos nos quais só nós estivemos envolvidos, e com objetos que só nós vimos. É porque, em realidade, nunca estamos sós. Não é necessário que outros homens estejam lá, que se distingam materialmente de nós: porque temos sempre conosco e em nós uma quantidade de pessoas que não se confundem.

Deve-se reconhecer a importância da memória individual nessa construção, no entanto, Halbwachs (2003, p. 39) deixa claro que,

[...] apesar de a memória individual possibilitar o reaparecimento de lembranças e testemunhos que havíamos esquecido ou desconhecíamos, ela não é suficiente para recordação e reconhecimento das lembranças, pois se foi suprimida é porque não fazíamos mais parte há muito tempo do grupo no qual ela se mantinha.

Assim, para que haja uma consonância entre esses testemunhos e lembranças, é necessário que existam muitos pontos de encontro entre elas, para que a lembrança a ser recordada seja construída sobre uma base comum, a partir de elementos comuns as suas lembranças e as dos demais. O referido autor (2003, p. 41) destaca ainda que se pode falar em memória coletiva, “mesmo quando os outros participantes do grupo social ao qual pertencíamos não estejam materialmente presentes, pois esta se concretiza quando evocamos um fato que teve lugar na vida do grupo e que reconhecemos ainda no momento em que o recordamos”.

Ainda segundo Halbwachs (2003, p. 69) “cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda segundo o lugar que ali ocupo e que este mesmo lugar muda segundo as relações que mantenho com outros ambientes”. Há, portanto, uma combinação de influências extremamente complexas, todas de natureza social, que nos permitem compreender melhor essa diversidade. (Ibidem):

[...] a sucessão de lembranças, mesmo as mais pessoais, sempre se explica pelas mudanças que se produzem em nossas relações com os diversos ambientes coletivos, ou seja, em definitivo, pelas transformações desses ambientes, cada um tomado em separado, e em seu conjunto.

Nos seus estudos acerca da memória, Pollak (1992, p. 203) traz uma caracterização que chama de aproximada, do fenômeno da memória, afirmando que a memória é seletiva, porque nem tudo fica

gravado ou registrado. Segundo o autor, “a memória é, em parte, herdada, por não se referir apenas à vida física da pessoa, e também sofre flutuações em decorrência do momento em que está sendo expressa, o que pode constituir um elemento de estruturação da memória”. Assim, essa organização da memória em virtude de preocupações pessoais e políticas vividas no momento, mostra segundo Pollak (*idem*), que “a memória é um fenômeno construído”, ou seja, “o que a memória individual grava, recalca, exclui, relembra, é evidentemente o resultado de um verdadeiro trabalho de organização”.

Desse modo, Michael Pollak (1992, p. 204) afirma que a memória é um fenômeno que se constrói social e individualmente e que há uma estreita ligação entre a memória e o sentimento de identidade, chegando a conclusão de que “a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual quanto coletiva, visto que ela também é um fator de extrema importância do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si”.

Ainda sobre esse aspecto, Ecléa Bosi (2003, p. 70) alerta para a importância da coletividade no suporte da memória, numa sociedade em que cada vez mais as pessoas se distanciam, se afastam, destruindo os elos que sustentavam as lembranças e “quando as vozes das testemunhas se dispersam, se apagam, nós ficamos sem guia para percorrer os caminhos da nossa história mais recente: quem nos conduzirá em suas bifurcações e atalhos?”. Sem a memória, resta-nos apenas a história oficial como único testemunho do passado.

Diante dos diversos estudos que atestam a importância e o papel da memória para a história e construção da identidade, urge a necessidade de trabalharmos a história da instituição, considerando a memória de indivíduos que vivenciaram os acontecimentos e mudanças no interior da escola, pois como diz Delgado (2010, p. 64): “a memória, tanto na sua versão individual como na coletiva, tem potencialidades múltiplas, que correspondem à heterogeneidade das experiências humanas”.

No texto *Entre memória e história: a problemática dos lugares*, o historiador Pierre Nora (1993) discute o conceito de lugares da memória, ao mesmo tempo em que lamenta a “aceleração da história” afirmando que fenômenos como a mundialização, democratização, massificação e midiaticização, que alteram o tempo e fazem a história mais dinâmica, conduziram ao “desmoronamento da memória”, que fora substituída pela “película efêmera da atualidade”. A rapidez e a dinamicidade com que os fatos ocorrem, aceleram a história e o passado vai cedendo lugar ao eterno presente. Para o autor, (1993, pp.7-8): esse “arrancar da memória ocasiona uma ruptura nos elos de identidade. [...] Se habitássemos ainda nossa memória não teríamos necessidade de lhe consagrar lugares”.

Nora (1993) apresenta ainda diferenças significativas entre memória e história, ao passo que afirma que os termos não são sinônimos apesar de ambos evocarem o mesmo tempo, o passado. Para o autor, (*idem*, p. 09): “a memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e está em evolução permanente, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento”. Como um fenômeno sempre atual, diz Nora (*ibidem*):

a memória é um “elo vivido no eterno presente, ao passo que a história, como uma mera representação do passado, é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais”.

Diante desse cenário de imediatividade e aceleração da história e da atual crise do sistema de ensino público, torna-se cada vez mais significativo preservar traços e vestígios do passado, como uma maneira de se opor a esse efeito devastador e destruidor da efemeridade contemporânea. Daí a relevância de estudar as memórias para evitar que se percam com o tempo informações preciosas sobre a construção histórica da instituição.

Nesse processo de reconstrução histórica, mediante narrativas orais, é importante salientar a importância da memória enquanto espaço que abriga as vivências do passado, as experiências do sujeito e de seu grupo social, pois como diz Delgado (2010, p. 17): “história, tempo e memória são processos interligados”.

Igualmente, considerando a memória e o espaço, Halbwachs (2003, p.72) afirma que a memória individual “não está inteiramente isolada e fechada. Para evocar seu próprio passado, em geral a pessoa precisa recorrer às lembranças das outras, e se transporta a pontos de referência que existem fora de si, determinados pela sociedade”. Dessa forma, o autor vincula a memória da pessoa à memória do grupo, que por sua vez está atrelada a memória coletiva de cada sociedade. Nesse mesmo aspecto, Bosi (1994, p. 54), apoiada nos escritos de Halbwachs, declara que:

[...] as memórias do indivíduo já não ficarão mais restritas ao mundo interior/intrínseco da pessoa, mas dependerão da realidade interpessoal das instituições sociais a que ele pertence, ou seja, a memória do indivíduo dependerá dos seus grupos de convívio e dos grupos de referências próprios, como escola, família, classe social e profissão.

Segundo Jacques Le Goff (1990), a memória é um elemento essencial na construção da identidade, seja individual ou coletiva, o que faz com que ela seja buscada incessantemente pelas sociedades atuais; e nessa busca angustiante a memória coletiva pode ser um instrumento e um objeto de poder, ao passo que subordina a memória aos interesses das classes dominantes. Para o autor, (1990. p.. 477), “a memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro. Devemos trabalhar de forma a que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens”. Nessa lógica, ele afirma que cabe aos profissionais que trabalham cientificamente com a memória, (idem), “fazer da luta pela democratização da memória social um dos imperativos prioritários da sua objetividade científica”.

Nessa mesma perspectiva, Bueno (1993, p. 305) afirma que a memória é, em si, um instrumento de dominação, pois, por vezes, “apenas o excepcional, o excelente é registrado – todo o resto, o cotidiano, o vulgar, é colocado de lado para sempre”. Na busca pela objetividade dos fatos, os registros oficiais podem reduzir os acontecimentos históricos aos seus interesses ou aos limites da fonte escrita, sem

contar que a história, que se apoia unicamente em documentos oficiais, não pode dar conta das paixões individuais que se escondem atrás dos episódios (BOSI, 2003).

De acordo com Thompson (1992, p. 23) “quanto mais um documento fosse pessoal, local ou não-oficial, menor a probabilidade de que continuasse a existir. A própria estrutura de poder funcionava como um grande gravador, que modelava o passado a sua própria imagem”. Assim sendo, torna-se de fundamental importância utilizar essas memórias como registros de um passado histórico, rico em acontecimentos, fatos e eventos que fugiram aos registros oficiais da instituição, mas encontram-se vivos na memória dos indivíduos que experimentaram essas vivências, bem como preservados nos seus registros e arquivos particulares, para além da pretensa objetividade presente nas fontes oficiais.

4 UM LUGAR PARA A MEMÓRIA: PERCURSO METODOLÓGICO

O estudo que deu origem a este ensaio trata de uma pesquisa qualitativa, que está sendo desenvolvida no âmbito do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal do Ceará, cujo objetivo central é elaborar uma plataforma *online* interativa sobre a história do referido instituto. Para tanto, a pesquisa propõe-se a estudar o processo histórico de implantação e transformação da instituição, a partir do olhar de sujeitos que vivenciaram a sua construção institucional. Para o desenvolvimento do estudo, optou-se pela abordagem qualitativa, utilizando-se a história oral como método de pesquisa. Os dados serão coletados através de entrevistas semiestruturadas e análise documental.

Optou-se por esse método, por se considerar que muitas são as potencialidades da história oral, e, quando nos referimos à história da educação profissional, esta pode representar um importante instrumento para compreendermos os processos históricos e visualizarmos uma versão que vai além dos registros oficiais, que por vezes não retratam com fidelidade as experiências vividas no contexto escolar. Sobre esse aspecto, Errante (2000, p. 146) nos diz que “as histórias orais acrescentam uma dimensão não-oficial inestimável” para a história educacional, uma vez que podem contribuir trazendo a história como experiência vivida, não apenas como registros disponíveis apenas através de leituras em documentos oficiais. Dessa forma, a autora corrobora a importância da utilização a história oral como metodologia, em pesquisas que trabalham a temática da história da educação.

O texto apresentado neste ensaio é um recorte da referida pesquisa, onde se apresentam contribuições científicas sobre o tema, constituindo-se assim como uma pesquisa bibliográfica. Para alcançar o objetivo proposto, entende-se que é necessário compreender como a educação profissional se construiu historicamente, a fim de colher dados que ajudem a compreender como se deu o processo de transformação dessa modalidade de ensino no país ao longo do tempo. Desse modo, realizou-se

inicialmente um levantamento bibliográfico acerca da história da educação no Brasil, procurando fazer um paralelo com a educação profissional, a fim de colher dados que ajudassem a compreender como se deu o processo de transformação dessa modalidade de ensino no país ao longo do tempo.

Com a proposta de conhecer a história da instituição sob o olhar dos sujeitos que vivenciaram essas transformações, entendemos que as memórias podem recompor a experiência educativa da instituição, compondo-se como um importante subsídio sobre o processo histórico da instituição. Assim, a fim de compreender a importância da memória, o texto em questão apoiou-se na teoria da Memória Coletiva de Maurice Halbwachs (2003), especialmente os conceitos de memória coletiva, memória individual, tempo e espaço, perpassando ainda pela contribuição de Ecléa Bosi (1994), Pierre Nora (1993) e Michael Pollak (1992).

5 MEMÓRIA E AS EXPERIÊNCIAS DA ESCOLA

De acordo com Ciavatta (2005), a identidade construída pela escola e seus sujeitos é um processo dinâmico, que está suscetível a reformulações causadas por novas vivências e experiências, processo este que está enraizado na cultura do tempo e do lugar onde esses sujeitos sociais estão inseridos e na história que foi construída a partir da realidade vivenciada por eles. É importante que haja um resgate da escola como um lugar de memórias, que mantém vivas suas lembranças diante das diversas transformações que esse espaço tem vivenciado e enfrentado ao longo do tempo.

Assim, para que os sujeitos reafirmem sua identidade é imprescindível que conheçam e entendam sua história, que reconstituam e preservem sua memória, e então reconhecerem-se, segundo Ciavatta (2005, p. 13), como “sujeitos sociais coletivos com uma história e uma identidade própria a ser respeitada em qualquer processo de mudança”. Portanto, reconhecer a escola como um lugar de memória é um passo importante para a construção e preservação da identidade institucional, pois de acordo com Ciavatta (2005, p. 14):

[...] documentos dispersos, preservados na história particular de muitos, fotografias, livros, papéis e objetos guardados com zelo e nostalgia podem alimentar a perspectiva de uma escola e de uma formação integrada e mais completa para os mais jovens, em reconhecimento e orgulho de si mesmos como mestres.

Os registros ou documentos que por vezes são considerados inúteis ou um mero aglomerado de papéis velhos e empoeirados, podem guardar informações preciosas sobre a constituição do espaço escolar, trazendo pistas do universo social vivenciado à época daquele registro. Fotografias, dossiês de ex-alunos, estatutos, livros de registro, diários de classes, atas, bem como documentos particulares guardados com saudosismo, podem representar um arsenal de vivências ricas de significado.

Quando lembramos do ambiente escolar, nos reportamos a todo o universo que envolve o espaço escolar: o trajeto até a escola, o lugar que costumávamos ocupar na sala, os uniformes, as relações de amizade, os momentos de diversão. Evocamos momentos da vida escolar que de alguma maneira marcaram nossas vidas, e isso faz com que tenhamos um sentimento de pertencimento a um grupo social, e saibamos que todos esses acontecimentos que moldaram esse período de nossas vidas, fazem parte da nossa história. Reconstruir a memória da instituição é também reconhecer-se como sujeito ativo dessa história. É, segundo Nunes (2003, p. 08): “o sinal de que se reconhece e pertence a certo grupo social e a uma determinada geração”. Essas memórias, segundo Cabral (2015, p. 06), pertencem a uma coletividade, uma vez que foram compartilhadas pelo grupo social que conviveu durante aquele período.

As memórias e o tempo vivido pelas pessoas possuem uma identidade específica de cada grupo, por isso, ao se pensar em um determinado grupo sejam eles dos vencedores ou dos vencidos, dos líderes ou dos liderados, precisam compreender que existe uma identidade específica e subjetiva de cada um.

Lembrar de fatos coletivamente une os sujeitos e faz com que compartilhem suas vivências, reforçando o sentimento de pertencimento a um grupo. As recordações comuns ao grupo e o compartilhamento de experiências aproxima os indivíduos e reforça a identificação de uns com os outros. Assim, a opção por analisar as narrativas de sujeitos que compartilharam essas experiências no interior da instituição, mostra-se de grande relevância, uma vez que a escola se configura como um lugar de memória, pleno de possibilidades. O contato com depoimentos advindos de alunos de outras épocas pode representar ainda uma rica experiência para os atuais alunos, uma vez que possibilita uma ponte de diálogo entre diferentes gerações, especialmente pelas lacunas na história da educação profissional, oriundas da dualidade que está enraizada na educação brasileira desde os seus primórdios.

Para Nunes (2003, p. 139), a “escola representa apenas uma dimensão da multifacetada realidade social, local no qual se exerce um dos ofícios impossíveis na apreciação de Freud: ensinar”, ou seja, os acontecimentos, documentos, objetos só ganham sentido pleno a partir das relações sociais praticadas no cotidiano. A autora (idem) clarifica a importância memória como fonte para a ressignificação da educação:

Essa educação pela memória se corporifica no trabalho de dar sentido. Que utilidade tem qualquer registro se é incompreensível para o seu portador? Sem articulação, já o dissemos, não há memória, só há aglomerado de episódios, imagens, sensações, documentos. O aglomerado não tem sentido e não ajuda o indivíduo a construir significados.

Nunes (2003, p. 137) nos diz ainda que: “as escolas também são ‘celeiros’ de memórias, espaços nos quais se tece parte da memória social”. São muitos, portanto, os caminhos para estudos em memória da educação, quer sejam sobre a história da instituição, de seus sujeitos (alunos, professores, gestores), da sua prática pedagógica, do seu currículo; a escola configura-se como um “lugar de memória”, repleto de desafios e possibilidades.

Dessa forma, compreende-se a importância de estudar as memórias daqueles que ajudaram a construir a educação profissional, pois a organização da história da instituição, com base na memória de seus sujeitos, além da valorosa contribuição, pode representar uma nova inspiração para futuras pesquisas. Para Ribeiro (2011, p. 324):

[...] tais trabalhos são relevantes, pois por meio deles é possível priorizar a trajetória da escola, destacar o que de específico foi lá produzido e pensá-la como um espaço singular. (...) A organização do texto final em história oral poderá constituir uma narrativa da história daquela instituição escolar, com ênfase na educação profissional e com base nas memórias de seus sujeitos, representando assim, uma nova contribuição e um novo desafio de pesquisa (RIBEIRO, 2011, p. 324).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme vimos, todas as reformas sofridas pela educação profissional, impostas pelas leis e decretos, de alguma forma trouxeram consequências para a identidade da instituição, uma vez que ao longo do tempo a mesma assumiu diversas nomenclaturas e modelos pedagógicos e de gestão, impostos por indivíduos externos à escola. Faz-se necessário, portanto, refletir sobre essas transformações a fim de compreender a motivação e o impacto de tais mudanças e entender como estas se materializaram no interior da instituição.

Considerando as reflexões suscitadas pelos textos apresentados ao longo deste ensaio, percebe-se a potencialidade dos estudos baseados em memória, quando nos referimos à história da educação profissional. Essa metodologia pode representar um importante instrumento para compreendermos os processos históricos e visualizarmos uma versão que vai além dos registros oficiais, que por vezes não retratam com fidelidade as experiências vividas no contexto escolar.

Memórias individuais tomadas como documento e analisadas coletivamente podem compor um importante subsídio sobre o processo histórico da instituição, ajudando a caracterizar os processos históricos e os impactos causados pela implementação de políticas públicas voltadas à Educação Profissional e Tecnológica. Infere-se, portanto, que a organização da história da escola com base na memória de seus sujeitos pode representar uma nova contribuição e um novo desafio para a educação profissional e tecnológica. Desse modo, espera-se que as reflexões suscitadas neste trabalho possam trazer esclarecimentos e incitar novos questionamentos para a continuidade das investigações.

REFERÊNCIAS

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social**. Ateliê editorial, 2003.

BRASIL. **Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909**. Cria nas capitais dos Estados as Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional, primário e gratuito. Rio de Janeiro: Diário Oficial, 1909. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/decreto_7566_1909.pdf. Acesso em: 01 jun. 2018.

BRASIL. **Decreto nº 4127, de 25 de fevereiro de 1942**. Estabelece as bases de organização da rede federal de estabelecimentos de ensino industrial. Rio de Janeiro: Diário Oficial da União, 1942. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4127-25-fevereiro-1942-414123-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 12 fev. 2019.

BRASIL. **Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937**. Dá nova, organização ao Ministério da Educação e Saúde Pública. Rio de Janeiro: Diário Oficial da União, 1937. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1930-1939/lei-378-13-janeiro-1937-398059-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 09 fev. 2019.

BUENO, Belmira Oliveira et al. Docência, memória e gênero: estudos alternativos sobre a formação de professores. **Psicologia USP**, v. 4, n. 1-2, p. 299-318, 1993.

CABRAL, Anne Emilie Souza de Almeida. História, memória e identidade: aspectos metodológicos de pesquisa. **Encontro Internacional de Formação de Professores e Fórum Permanente de Inovação Educacional**, v. 8, n. 1, 2015.

CIAVATTA, M. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. **Trabalho Necessário**, v.3, n.3, 2005

CUNHA, Luiz Antônio Constant Rodrigues da. **O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização**. São Paulo: Unesp, Brasília, DF: Flacso, 2000.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **História oral - memória, tempo, identidades**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

ERRANTE, Antoinette. Mas afinal, a memória é de quem?: Histórias orais e modos de lembrar e contar. **História da educação**, v. 4, n. 8, p. 141-174, 2000.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A relação da educação profissional e tecnológica com a universalização da educação básica. **Educação & Sociedade**, v. 28, n. 100, 2007.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva (1950)**. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2003.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução Bernardo Leitão... [et al.]. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1990.

MANFREDI, Silvia Maria. **Educação profissional no Brasil: atores e cenários ao longo do tempo**. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.

MOURA, Dante Henrique. Educação básica e educação profissional e tecnológica: dualidade histórica e perspectivas de integração. **HOLOS**, v. 2, 2007.

NORA, Pierre et al. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**. ISSN 2176-2767, v. 10, 1993.

NUNES, Clarice. Memória e história da educação: entre práticas e representações. Formação de educadores: desafios e perspectivas. In: BARBOSA, Raquel Lazzari Leite. **Formação de educadores: desafios e perspectivas**. Unesp, 2003.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Revista Estudos Históricos**, v. 5, n. 10, p.200-215, 1992.

RAMOS, Marise Nogueira. **História e política da educação profissional**. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014.

RIBEIRO, Suzana Lopes. Por uma história da educação profissional: contribuições e desafios de pesquisas em história oral. In: Carvalho, Maria Lucia Mendes de (org.). **Cultura, Saberes e Práticas: Memórias e História da Educação Profissional**. São Paulo: Centro Paula Souza 2011. p. 321-336. Disponível em: http://www.cpscetec.com.br/memorias/arquivos/cultura_saberes_praticas.pdf. Acesso em: 10 fev. 2019.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.